

que no próximo reunião estava dando entrada em Emendo Medida Municipal a
 da Organica do Municipio, para regulamentar estatutos de Fajeta de Foz de
do Ribuna d'agua, assunto ja discutido em outras reuniões e de total
 importancia para a participação popular através de entidades no processo
 politico e administrativo do Municipio, comunicando ainda, que ja enviou
 para os seus correlacionados exigidos pelo rito legal, no que encerrou sua fala.
 A seguir, ocupou o Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Antonio Carlos
Pereira do Couto, e inicialmente abordou a questão do salário do Prefeito Municipal
 após as emendas propostas ao Projeto de lei dispondo sobre a matéria sa-
 larial. Disse que o processo estava na Comissão de Constituição e Justiça
 do qual era o Presidente, e ainda dentro do prazo de quinze dias para a
 apreciação de Constitucionalidade. Disse que naquela data encaminhara a
 Secretaria Geral o processo, assegurando assim, a apreciação dos votos
 na próxima reunião. Disse que enfocou no desvirtuamento do Prefeito mu-
 nicipalmente quanto a questão salarial, no medido em que o Senhor José
 Bonifácio já dava mostras cabais de sua competência e sensibilidade quan-
 to a politica salarial, e referendo sua confiança no Executivo Municipal
 encerrou sua fala. A seguir ocupou o Tribuna em Explicação Pessoal, o Ve-
rador Orlando da Silva Pereira, parabenizando a direção do Hospital San-
 ta Isabel pela inauguração do novo ambulatório para atendimento principal-
 mente a comunidade pobre. Disse de seu alívio por participar da nova
 expressão, pois enquanto hospitais eram fechados em todo o Brasil, em Foz de
 Foz um grupo de médicos abrigados oferecia aos mais necessitados me-
 lhores serviços de saúde o que era motivo de orgulho para a sociedade ca-
 toliense. Disse o seguir da reunião em que o Hospital Santa Isabel man-
 tenha suas relações com a Prefeitura Municipal, quando suas contas jamais
 haviam sido pagadas por fraude ou outra prática como era comum no
 Brasil, e assim o tradicional nomeômo era motivo de orgulho para o Mu-
 nicipio mesmo com as dificuldades que passava, e manifestando seu aplauso
 a direção do Hospital Santa Isabel, o Vereador Orlando da Silva Pereira en-
 cerrou sua fala. Não houve mais indagações para o uso do Tribuna em Explicação
Personal, o Senhor Presidente encerrou a Presente Sessão em nome de Deus e paraben-
 izou mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação
 Unanime, aprovada, sua leitura para que produza seus efeitos legais.

Ata do Seto Sumário Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 24 de agosto de 1993

As dezesseis horas do dia 24 de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes, e com a participação do Sumário Secretário pelo Senhor Diretor Siqueira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezesseis, responderam ao chamado regimental os seguintes Vereadores: Bayr Silva da Rocha, Adailton Lino de Andrade, Bires Bizzo de Figueiredo, Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Figueiredo, Antônio Carlos Siqueira da Cunha, Carlos Roberto Paes da dos Santos, Eduardo Pereira Kito, Ivan Luiz de Araújo, José Nazar Elias, Joaquim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Rocha, Orlando da Silva Siqueira, Wymar Sampaio da Silva e Silas Rodrigues Bento. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O rigor, foi lido e aprovada Ata do Seto Sumário Ordinária do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente entregou ao Senhor Sumário Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Projeto de Resolução nº 016/93, de autoria do Vereador Joaquim Schmidt, assunto: Provisória de Utilidade Pública Municipal e Associação de Remédios e Amigos do Bairro Jardim Esperança; Projeto de Lei nº 044/93, de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kito, assunto: Abaixa o preço de transporte Público em todo o município a Escal. Alvo informando a isenção do pagamento de passagem aos maiores de sessenta e cinco anos e aos Estudantes Uniformizados; Projeto de Lei nº 045/93 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kito, assunto: Fica proibida a utilização de Ônibus Públicos que contenha mais de uma rota de controle de passageiros ou outros meios que dificultem a circulação em suas rotas; Requerimento nº 134/93 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kito, assunto: Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal informações quanto ao recebimento de Serviço em nosso município e sua distribuição às famílias carentes, rigor.

n.º 132/93, de autoria do Vereador Eduardo Cordeiro Neto, assunto: Solicita o
 Auto Viação Macaenz e criação de um horário de saída de ônibus de Macaenz em
 direção ao nosso Município à partir das 22:00 horas. Ativo n.º 121/93, de autoria do
 Vereador Demar Sampaio da Silva, assunto: Petição que deixa o Cargo de Secretá-
 rio Municipal de Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos e transfere sua cadeira na
 Câmara Municipal; Ativo n.º 560/93, do Exm. Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio
 assunto: Encaminha os Balanços dos meses de Abril e Maio 1993 do IBASCAF; Ativo
 n.º 561/93, do Exm. Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Encaminha os
 Balanços dos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril/93 do PROCAF; Ativo n.º
 576/93, do Exm. Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Encaminha o Relá-
torio n.º 296 de 23/08/93 que trata em efeito a nomeação do Sr. Demar Sampaio
 da Silva, do Cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, Obras e Serviços
 Públicos. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transcreveu o Re-
curso aos Vereadores inscritos em livro próprio. Como primeiro orador inscrito, ou-
 tou a Tribuna o Vereador Ulisses Luiz da Rocha Barreto, falando em nome da opo-
 nição, mais uma vez veio a colar contra o Voto do Governo, porque enten-
 dia que a formação de uma Câmara salarial congregando Executivos e Funcio-
 nários, nada mais era do que a participação legítima do povo. Disse que o gover-
 no do Governo tentava de certa forma confundir a opinião pública e o povo em
 nome da credulidade que o Governo tinha empentinado para não dizer o que estava
 dizendo. Pichou o nariz, o Governo Municipal por não deixar e muito menos
 descobrir as prioridades do Município, falando a respeito da importância da Saúde
 e da Educação, destacando também o transporte coletivo, que não vinham sendo
 priorizados. Disse que havia inversão de prioridades, enfatizou que gostava mu-
 to de falar em tal tema, porque em sua vida Cabo Frio precisava de uma vez por
 todas de ser administrado para o grande povo. Falou também que as famílias
 nascidas em Cabo Frio não tinham o direito de colocar em interesses públicos
 voltados para apadrinhados, e que tinha que ser criado um Governo de todo, um
 governo para todos, o que não era a marca do atual Governo do Município de Ca-
 bo Frio. Disse e parou que o Governo retomasse suas posições, porque estava contrária
 com o véio de elitizado, de não gostar do pobre, pois o atual Gover-
 no em oito meses ainda não fizera uma administração para o cidadão comum,
 para o trabalhador das comunidades, com aulas negativas e outras mazelas. Comenta-
 do a participação do Prefeito em programa no rádio Cabo Frio quando falava

Após a LDO, comentando que após a votação iria distribuir um exemplar do documento para que cada cidadão abraze o cumprimento das diretrizes artísticas do Governo, afirmando o Vereador do PT que não bastava, era preciso mais do que nunca que se conhecesse a vontade do Governo, e que faltava ao Prefeito. Falando sobre a oposição dos Votos do Prefeito às Comissões a Lei de Salário Salarial, e comentando sobre a grande movimentação interna da Câmara naquela semana, com destaque também a questão da Jurembe Livre, sobre o Vereador Milton Roberto, disse que o comportamento no período em que exerceu o mandato nunca se pautara em defender o Governo, de mantê-lo claro e evidente com suas convicções, e sobre a posição do colega em relação aos Votos do Prefeito. Prossequindo, disse não querer auditar que todo o movimento havido na Câmara naquela semana, um trabalho intenso para elaboração do Voto, e substituição do Vereador Milton Roberto que deixou claramente sua posição contrária ao Prefeito, nada tinha a ver com sua ausência, até porque sabia do potencial do Vereador Osmar Simão e que iria contribuir muito com a discussão da matéria com sua longa experiência, no caso, ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias. Comentou a ausência do Vereador e funcionário municipal Milton Roberto, observando ter chegado a hora de ser enterrado tal tipo de prática, quando as autoridades do Governo manchavam mais uma vez e o igualavam a outros Governos, frisando que não era apenas o dinheiro que corrompia, também a moral que deveria ser sempre preservada. Disse que numa sociedade hipócrita não era apenas o dinheiro que movia montanhas, que o povo já havia derrotado um Presidente ladrão e imoral, e que a falta de pulso mais uma vez não ajuda a entender o momento vivido e assim, gostaria de auditar que o que assistiu naquela semana na Câmara, foi apenas a superintendência de um fato que o Governo não soube mais uma vez lidar, politicamente. Afirmando que infelizmente naquela reunião não iria presenciar a vontade da Câmara, mas quando começavam as articulações outros interesses se destacavam e eram priorizados em detrimento do interesse público. Em relação ao abono dado pelo Prefeito, disse ter constatado claramente que o Governo não se interessava em reduzir a diferença entre o maior e o menor salário, mas simplesmente aumentava tais diferenças concedendo inclusive presenças diferenciadas sempre beneficiando, ao

primeiros escalões o que discordava por não ser justo na política. Falou a z
 que que estavam 'obrigando' (sic) professor a se harmonizar de desejo pelo mal, e que
 a valorização do professor é que era a grande maioria no Município era mínima,
 o que caracterizava grave distorção salarial e que era uma constante no município
 municipal. Falou que do fato que estava, pelas maravilhas continuavam a ser feitas
 e todos continuavam a assistir a miséria instalado em Cabo São, e assim encur-
 rou sua fala. A seguir, falou o Tubano o Vereador Antônio Bessa de Aguiar, do
 PPSD, lamentando inicialmente o afastamento do Vereador Wilton Roberto, pelo traba-
 lho desenvolvido na Casa, embora ainda nos primeiros passos da legislatura. Mas
 seguindo, saudou o engajamento do Vereador Osmar Sampaio da Silva, pelo
 adquirido e profundo conhecimento da Lei Legislativa, ressumindo o seu manda-
 to em momento difícil do Governo Municipal, com problemas em áreas delicadas
 e sensíveis como na Saúde e Educação e ainda, em relação aos salários do
 funcionalismo. Disse esperar que a presença do flustre Vereador, Osmar Sampaio
da Silva fortalecesse os aires do Governo Municipal quanto ao desempenho
 do Vereador Osmar Sampaio a frente da Secretaria de Obras e Meio Ambiente,
 disse que o mesmo apresentara um bom trabalho, mas continuava não concor-
 dando com o investimento mau em veículos e equipamentos pesados, quan-
 to no seu entender o certo seria a terceirização. Disse que estava esperançoso
 quanto ao trabalho de Vereadores, mas que continuava na situação de oposição
 coerente e equilibrada, oposição aos erros, oposição a inércia, oposição a im-
 petência do Governo, e, de toda forma também procurando apoiar porque en-
 tendia que o Legislativo também era parte do Sistema Administrativo do
 Município. Quanto a situação da saúde, disse que mantinha contatos com o
 Secretário e, segundo o mesmo havia uma chance da situação melhorar, visto
 um melhor entendimento com o Prefeito, e que este era o desejo da oposição, que
 houvesse harmonia entre os setores da Administração em favor do interesse
 público. Quanto ao Veto do Prefeito a Emenda do Vereador Alfredo Barreto, no
 Projeto de Lei de reajuste de salário, disse que se pronunciaria contra porque
 texto do Executivo não falava em política salarial, e assim, era indevida a
 Emenda estando fora de política salarial. Disse ainda, que o Vereador Alfredo
Barreto não havia o cuidado de analisar a Emenda apresentada pela oposição
 expedindo índices iguais para todos os habilitadores, na medida em que o texto
 do Executivo preconizava índices diferenciados e, estando os distúrbios referidos

Me
pelo Relator do PT no seu discurso naquela reunião. Não considerar incoerente a posição do Relator do PT, e assim a Emenda da oposição para derrotada, considerando que o discurso daquela reunião não fora correto diante de suas ações no legislativo, em relação a respeito salarial dos funcionários. Disse que se a Emenda da oposição fosse aprovada, categorias ocupadas tenham quarenta e cinco por cento de reajuste, e não vinte e cinco por cento, e assim, não pode quis alcançar o intuito do Ilustre Relator do PT. Em aparte o Relator do PT Sr. Santo disse que o Relator podia fazer Emendas Aditivas, e no seu caso o orador esquecia que a Emenda de sua autoria, e como fora colocada, entendia se tratar de matéria constitucional de acordo com o Governo, ou seja, que o legislativo não podia conceder reajustes, era no seu entender o que deveria acontecer para o todo pelo Executivo. Perguntando o Relator Aires Bessa de Albuquerque, disse que diante do aparte, aconselhou ao Ilustre Relator do PT ali a não falar sobre o assunto porque corria o risco de se perder. Retomando seu raciocínio, disse o Relator Aires Bessa ter afirmado que não cobria ao Relator Emenda de política salarial em Projeto de Lei que não falava em política salarial, e, que o Relator tinha o direito de formular um Projeto de Lei e não Emenda, que era um risco marcado por sua especificidade de no processo legislativo. Remontou que diante das circunstâncias e após de cuidadosa análise, o grupo de oposição iria apoiar favoravelmente as Emendas citadas, na medida em que mesmo sendo opositada a oposição assumida anteriormente em relação a questão, a demonstrava sempre que a maioria vence e assim obedecer ao espírito democrático, e assim encerrou sua fala. A seguir ocupou o Suburo o Relator Paulo Roberto Becker do Santo Estado inicialmente o ditado popular "nos trabalhos ganha-se pouco, mas divide-se muito" e que estava pensando em tal ditado quando ouvira de membro do Governo que era quanto a sua situação na Câmara, e que algumas perdas feitas a Administração se queriam de que as matérias do Projeto eram modificadas por Emendas. Sobre o assunto disse que realmente na Câmara existem os momentos de divisão, de desconfiança, e que o Relator ganhava muito bem e agora alguns querem que os Relatores também não trabalhassem, e assim seria o melhor emprego do mundo. Quanto a situação do Relator, disse que era implícito ao mandato, apresentar Emendas, apresentar leis, proposições diversas e com tais ações, inclusive a de fiscalizar e apurar a Administração Municipal. Perguntando, disse que o Governo queria dar as marchas

to de Vereador, ao que parecia, apenas levantar o veto, e assim, apenas votar em tudo o que o Governo mandava. Disse que iria manter sua posição, modificando o que entendia que deveria ser modificado, entendendo em plena liberdade o seu mandato de Vereador, e que não significava uma intromissão ao Governo, ou forma de provocar, mas, simplesmente votar sobre tudo o que fora compromisso de campanha eleitoral. Disse que os atos de retaliação, felizmente pareciam estar em extinção, pois eram práticas de "ditos sauros" políticos, e condenados a extinção. Lembrando, contudo o retorno do Vereador Osmar Sampaio da Silva, e, contudo a ausência do amigo do colega Vereador Milton Roberto Peres de Souza, destacando o abúsculo de herança do colega, do homem público, porque na relação do voto naquela reunião, Milton Roberto foi muito manifesto seu voto contrário ao Voto do Prefeito Municipal, mesmo sabendo que podia perder sua cadeira, e assim manteve uma posição legal, e, até poderia ser, num pré-julgamento que o afastamento do colega não trouxe sobre sua posição quanto aos Votos do Prefeito quanto ao Projeto de Lei de reajuste salarial da Prefeitura. Disse que seu amigo Milton Roberto, ao Vereador Milton Roberto eram devidos o respeito e as homenagens de todos os Vereadores, pois honrara o mandato, honrara os votos recebidos. Lembrou que em certa ocasião o Vereador Milton Roberto ao defender uma posição do Executivo foi variado por funcionários, e, no momento ao se afastar da tribuna mostrava que aquela posição, aquela opinião, não era uma ordem do Executivo, mas fruto de uma reflexão, e que sua ausência no Plenário, na reunião mostrava tal sentimento, e assim os funcionários Municipais deveriam muito ao gesto de Milton Roberto. Sem relação a Emenda do Vereador Alfredo Souza da Rocha Barreto, ou seja, na realidade uma Emenda da Câmara, procedida a leitura da mesma na íntegra, comentando sobre o seu texto que era na uma Câmara de política salarial e considerado Inconstitucional pelo Executivo. Disse que também apresentara Emenda sobre funcionários inativos e procedida a leitura da mesma, cujo texto estendia aos apontados os benefícios do texto original do Executivo, acrescentando também que a Emenda era Inconstitucional, e, após conversar com o Prefeito, e outros preceitos, chegou a conclusão que realmente a Emenda era Inconstitucional, porque aumentava despesas, e que era violação do Legislativo. Disse que conversara com o Senhor Prefeito, tendo o mesmo considerado a Emenda válida e, que em próximo homenagem de reajuste salarial o assunto se-

no âmbito, beneficiando assim, os apontados da Prefeitura. Quanto a dizer que a posição do Partido de Política Social não era Constitucional, disse não acreditar, não acreditando também a posição do Senador Aires Bessa no mesmo sentido, observando que legislar sobre política social era uma das prerrogativas do Congresso, que não se confundisse com alteração de valores. Deu como exemplo fato recente no Congresso Nacional quando a proporcionalidade quanto a inconstitucionalidade dos emenda sobre a inflação havia sido eliminada, sendo aprovada em acordo estivo a medida provisória. Em aparte, o Senador Aires Bessa de Figueiredo disse que a defesa do Senador do PSD, na questão da política social se justificava na medida em que votara contra os servidores municipais naquele laí, e, infelizmente por se apenas uma Emenda da oposição concedendo índices de reajustes paritários, e assim, reafirmava os termos de sua posição quanto a questão, no seu discurso, no aparte ao Senador Alfredo Bandeira. Prosseguindo, disse o orador que ainda discordava do Senador Aires Bessa quanto questões complexas e de interpretações diversas, e de forma alguma estaria pronto a Emenda era desseu eloque Senador, pois votava de maneira mais livre possível, embora eu críticas de companheiros de companhia. Finalizando disse que o compromisso do PSD era com a verdade, com a honradez e, esperava cumprir tais compromissos até o final dos seus dias. Encerrando assim seu discurso, não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia desta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Ao colocar em discussão o Projeto de Lei de Organização e Política aprovada ao Ato nº 005/49 do Executivo Municipal, Renúncia 014/49, o Senhor Presidente marcou da noite para o dia atender a Sessão de Ordem do Senador Nilton Pereira da Silva no seguinte dia: O Senador Nilton Pereira da Silva (Atualista de Ordem) optou de solicitar a Sessão Especial e a suspensão da Sessão por cinco minutos, uma vez que o Senado de operação optou de se reunir para finalizar discussão com relação a matéria em pauta. Atendendo a Sessão de Ordem o Senhor Presidente marcou da noite para o dia suspender a Sessão por cinco minutos, numerados os trabalhos o Senhor Presidente Senador Marcos da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Senador Nilton Pereira da Silva que procedesse o chamado nominal para constatação de quorum, responderam a chamado nominal os seguintes Senadores além dos citados acima: Nilton Pereira da Silva, Aires Bessa de Figueiredo.

quando, Adrylton Pinto de Andrade, Alfredo Luiz do Racho Barreto, Antônio Carlos
 de Carvalho Andrade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Vaqueira dos Santos,
 Eduardo Pires Kito, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Rogério Schmidt, Luiz
 Antônio de Melo Póças, Vilando da Silva Pereira, Omar Sampaio da Silva e Silas
 Rodrigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a
 presente sessão em nome de Deus. E seguir, o Senhor Presidente disse que não cabe
 em discussão e votação parecer do Departamento de Constituição e Justiça
 apresentado ao Sítio nº 005/93, Emenda nº 14/93 do Executivo Municipal, mas
 o Requerimento nº 137/93 de autoria do Vereador Carlos Roberto Vaqueira dos San-
 tos, expondo que os Sítios do Senhor Prefeito Municipal possam ser colocados em ve-
 lada separadamente. Colocado em discussão e votação, o Requerimento nº
 137/93 foi aprovado por unanimidade. Em questão de Ordem diz o Vereador
 Carlos Roberto Vaqueira dos Santos: O Vereador Carlos Roberto Vaqueira dos
 Santos (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, no requerimento apresentado
 acho que não é interessante até que uma das emendas seja aprovada em bloco
 em relação aos incluídos, e a Emenda do Vereador Alfredo Luiz do Racho Bar-
 reto, votado separadamente. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presi-
 dente relembra do Racho Barreto arca o Vereador Carlos Roberto Vaqueira dos Santos. Prossequindo o Senhor Presidente colocou em discus-
 são o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça apresentado ao Sítio
 nº 005/93 do Executivo Municipal. Comuniquei o Senhor Presidente que a dis-
 cussão do Sítio seria feita de forma abrangente, no medida em que o Artigo
 162 do Regimento Interno da Casa prescreve que o Sítio apresentado em úni-
 ca discussão e, que a votação poderia ser feita por partes. Prossequindo na
 direção dos trabalhos, o Senhor Presidente colocou em votação o Sítio do Senhor
 Prefeito Municipal em relação ao Artigo 1º, Emenda de autoria do Vereador
 Alfredo Barreto. Diz o Senhor Presidente, que votando no "sim", os Vereadores
 estarão votando pela manutenção do Sítio do Senhor Prefeito Municipal, e votando
 no "não", contra o Sítio e pela manutenção da Emenda do Vereador Alfredo Bar-
 reto. Em questão de Ordem diz o Vereador Omar Sampaio da Silva: O Vere-
 ador Omar Sampaio da Silva (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer da Santa
 Comissão, de Vossa Excelência me permite opinar pela Constitucionalidade do Sítio
 do Senhor Prefeito. De forma que com o "sim" estaremos votando pela Consti-

Gracia Roldi, consequentemente com o Governo. A seguir, o Senhor Presidente, e
depois ao Summo Secretário Vereador Nival Pereira da Silva que procedesse a
chamada regimental, para votação do Voto do Conselho Municipal a Emenda
do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto. Responderam a chamada regi-
mental, votaram os seguintes Vereadores: Ouy Silva da Rocha, Alves Bessa de Figueiredo,
Adalton Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Car-
valho Andrade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Nogueira dos Santos,
Nival Pereira da Silva, Eduardo Pereira Kita, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias,
Keracim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Cabos, Maurício da Rocha Mendes, Vilan-
do da Silva Pereira, Osmar Sampaio da Silva e Silas Rodrigues Bento. Concluído
o processo de votação, o Senhor Presidente Maurício da Rocha Mendes convidou pa-
ra que servissem de escrutinadores os Vereadores Alfredo Luiz da Rocha Barreto
e Osmar Sampaio da Silva. Concluído o processo, reuniram o Senhor Presi-
dente anunciou o seguinte resultado: O Senhor Presidente Maurício da Rocha
Mendes (Presidindo) "foram apurados o seguinte votos assim distribuídos: dez
votos "SIM", cinco "NÃO" e dois em "BRANCO" e assim está mantido este
Voto do Senhor Prefeito Municipal a Emenda de autoria do Vereador Alfredo Luiz
da Rocha Barreto". Sendo proximamente aos trabalhos, o Senhor Presidente Mau-
rício da Rocha Mendes colocou em votação o Voto do Conselho Municipal apor-
to aos Artigos, quarto, quinto, sexto, sétimo, décimo, Emendas de autoria
do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos. A seguir, o Senhor Presidente
Maurício da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Summo Secretário, Vereador
Nival Pereira da Silva que procedesse a chamada regimental para o processo
de votação. Após disso, responderam a chamada regimental e votaram os se-
guintes Vereadores: Ouy Silva da Rocha, Alves Bessa de Figueiredo, Adalton
Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho
Andrade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Edu-
ardo Pereira Kita, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Keracim Schmidt, Luiz
Antônio de Melo Cabos, Vilando da Silva Pereira, Osmar Sampaio da Silva
e Silas Rodrigues Bento. Concluído o processo de votação, o Senhor Presidente con-
vidou para que servissem de escrutinadores os Vereadores Luiz Antônio de Melo
Cabos e Eduardo Pereira Kita. Concluído o processo de escrutínio, o Senhor Presi-
dente anunciou o seguinte resultado: O Senhor Presidente Maurício da Rocha Men-
des (Presidindo) foram apurados o seguinte votos assim distribuídos: três em

los "Nós", onze "Sim" e três em "Bravo" e assim está manha do Sr. Senhor Prefeito Municipal no matéria já referendada por este Presidente. A seguir em Questão de Ordem, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros disse que desejava manifestar declaração de voto. A seguir, o Vereador Omar Campinho da Silva abriu Questão de Ordem, mas, de imediato, respondendo a Questão de Ordem do Sr. vereador Alfredo Barreto, o Senhor Presidente Marcos do Rocha Mendes disse que em reunião receto não era permitido a declaração de voto. A seguir, o Senhor Presidente deu prosseguimento aos trabalhos iniciando a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 016/93, Projeto de Lei nº 044/93 e Projeto de Lei nº 045/93. Aprovados os Requerimentos nº 134/93 e 135/93. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Encaminhados a Comissão de Redação Final o Projeto de Lei nº 028/93 e o Projeto de Resolução nº 010/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores que quizessem fazer uso para a Explicação Pessoal. Fez uso da Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Eduardo da Silva Brito, disse que não poderia deixar de elogiar o despojamento e elevado espírito Público do Vereador Milton Roberto, no episódio conhecido de todos, que culminou com o seu afastamento por não concordar com algumas posturas do Executivo com relação a Questão salarial dos funcionários, com destaque ao Sindicato no que encenou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso do Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para encerrar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação financeira, aprovada, será assinada para que produza os seus efeitos legais.

Ata do 11mo Sessão Ordinária do
 Segundo Período Legislativo da Câmara
 Municipal de Cabo Frio, realizada
 no dia 26 de agosto do ano de 1993
 mil novecentos e noventa e três.

Aos dezesseis horas do dia 26 de agosto do ano de 1993, sob